

A institucionalização das práticas em manifestações culturais. Jorge Luiz Dias Pinto. Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestrando em História. E-mail: jphistoria@yahoo.com.br. Grupo de Pesquisa: Devoções Populares.

Nosso projeto tem como perspectiva analisar a história do grupo de Folia de Reis *Unidos com Fé* da cidade de Maringá/PR, buscando entender a estrutura dessa manifestação religiosa que nasceu no mundo rural e sobrevive na vida urbana. No que se refere à Folia de Reis, Câmara Cascudo compreende essa manifestação popular como originária de Portugal. Relatando no Dicionário do Folclore Brasileiro além de algumas bibliografias a origem dessa festa do catolicismo popular¹:

Reis. Foram festas populares na Europa (Portugal, Espanha, França, Bélgica, Alemanha, Itália, etc.) dedicadas aos três Reis Magos em sua visita ao Deus Menino, e ainda vivas em vestígio visíveis. Na península Ibérica, os reis continuam vivos e comemorados, sendo a época de dar e receber presentes, “os reis”, de forma espontânea ou por meio de grupos, com indumentária própria ou não, que visitam os amigos ou pessoas conhecidas, na tarde ou noite de 05 de janeiro (véspera de reis) cantando e dançando ou apenas cantando versos alusivos a data e solicitando alimentos ou dinheiro. Os colonizadores portugueses mantiveram a tradição no Brasil e de todo ainda não desapareceu o uso nalgumas regiões. (CASCUDO, 1984, p. 668)

A religião Católica é a corrente cristã seguida pela grande maioria da população do Brasil. Entretanto, um conjunto de crenças e rituais é praticado no país sob uma configuração tradicional que, em muitos aspectos, difere do catolicismo, dito, oficial. A estas práticas, dá-se a classificação de manifestação popular. A Folia de Reis, objeto de nosso estudo, integra tal conjunto de manifestações de religiosidade popular. A importância de se estudar a história de um grupo de Folia de reis, como no nosso caso a companhia Unidos com Fé, verifica-se pela contribuição de estudos voltados para uma melhor compreensão dessas manifestações e suas relações com a sociedade em vivemos.

Partindo dessa concepção, entendem-se por religião popular as manifestações que representam o pensamento e o imaginário do povo. São estas que, por sua vez, respondem as

¹ Conceito criado pela intelectualidade católica no período dos anos de 1960, em que se caracteriza pela manifestação que permite ao fiel entrar em contato com o transcendente, procurando resolver problemas que o afligem em sua vida diária, sendo que este contato se dá no nível das representações, de determinados rituais, que valorizam o aspecto sagrado do ser humano.

questões cotidianas levantadas pelo homem e que, através dos ritos festivos, mantêm a convicção na tradição. Sendo assim, o uso da linguagem e da simbologia é característica marcante neste tipo de expressão religiosa.

É necessário relevar que o fato da religião oficial ser considerada aquela que tem sua legitimidade baseada em discursos escritos elaborados e é representada por uma elite teológica faz com que a religião popular, muitas vezes, assuma um caráter profano. Nesse sentido, é importante observar que as manifestações de religiosidade popular não podem ser estudadas como fato isolado, uma vez que estas integram um sistema de sociedade já vigorado. Desse modo acaba por implicar em questões, além de culturais, também políticas e econômicas.

Vale lembrar no entanto que, embora as festas de Folia de Reis tenham sido, ao longo do tempo, configuradas sob aspectos urbanos, não deixou de representar as tradições das comunidades rurais. A Folia de Reis é um espaço camponês simbolicamente estabelecido durante um período de tempo igualmente ritualizado, para efeitos de circulação de dádivas, bens e serviços, entre um grupo precatório e moradores do território por onde ele circula. (Brandão, 1981).

Proponho, nesta reflexão, apontar as possibilidades de estudo das religiosidades a partir do conceito de instituição enquanto uma rede simbólica, socialmente sancionada, na qual estão presentes um componente funcional e um componente simbólico (Castoriadis, 1982).

Podemos delimitar a análise institucional passando por alguns sistemas de referência a partir de uma perspectiva histórica. A três instâncias a qual o conceito de instituição pode ser pensado, sendo que a primeira, é de pensar a instituição como “coisa” no sentido durkheimiano do termo, em que o elo social é colocado nos próprios termos do direito objetivo. O segundo sistema situa a instituição como instância do imaginário privilegiando assim a particularidade do vivido, não tendo dessa maneira realidade objetiva, ou seja, não é uma “coisa”, mas uma projeção da angústia individual e um sistema de defesa contra a angústia. E finalmente, o terceiro sistema, que destaca a significação simbólica da instituição, cujo conteúdo exterior, objetivável, necessita, para se atualizar, de uma interiorização nos momentos e nos lugares singulares da vida social. (LOURAU, 1995).

Segundo Cornelius Castoriadis, o componente funcional é caracterizado por entender que da cultura insiste pois no princípio de que em cada tipo de civilização, cada costume, objeto material, idéia e crença preenche uma função vital, tem uma tarefa por realizar, representa uma parte indispensável no interior de um todo que funciona.

Para Castoriadis, a instituição tem um sentido mais amplo e radical, vinculado a normas, valores, linguagem, procedimentos e métodos para tratar e fazer as coisas e, o eu individual no tipo e na forma, tanto particular como geral. Um agrupamento que deve ser analisado, superficialmente, por meio da coerção e das sanções e, mais amplamente, por meio da adesão, do apoio, do consenso, da legitimidade e da crença.

As práticas instituídas podem ser pensadas a partir do componente funcional para o qual uma determinada manifestação foi criada, suportando um conjunto de crenças que legitimam sua razão de ser; e seu componente simbólico expresso por meio dos rituais a partir dos quais seu componente funcional garante sua durabilidade. Enfim, as instituições formam um todo coerente e funcionam interligadas com as demais instituições existentes na sociedade.

E não podemos também dizer, neste momento, que as instituições se limitem apenas na sua capacidade funcional, e que sejam perfeitamente compreensíveis a partir desse papel. Mas a sociedade não se reduz só a isso, nem suas maneiras de encarar seus problemas são ditadas uma vez por todas por sua “natureza”; ela inventa e define para si mesma tanto novas maneiras de responder às suas necessidades, como novas necessidades. (CASTORIADIS, 1982).

De acordo com Castoriadis, “as relações sociais reais” a qual demonstra em sua pesquisa, são sempre instituídas, não porque tenham uma vestimenta jurídica, mas porque foram estabelecidas como maneiras de fazer universais, simbolizadas e sancionadas.

“As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constituem cada qual sua rede simbólica.” (CASTORIADIS, 1982, p. 142)

Tenho a concluir que é possível a abordagem do estudo das religiosidades, como no nosso caso a Folia de Reis, analisando conceitos como o de instituição imaginária abordado por Cornelius Castoriadis. O estudo do fenômeno religioso a partir da análise institucional permite ao pesquisador pontuar a sua importância histórica, bem como a sua inserção social e cultural.

Bibliografia:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Sacerdotes de Viola: os rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais*. Petrópolis: Vozes, 1981.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1984.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: A essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LOURAU, René. *A Análise Institucional*. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1995.